



Boletim do FBSAN - Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional - Maio / 2009

EDITORIAL

FBSAN 10 anos de história: balanços e perspectivas

Evento ocorrerá em Salvador (BA), de 27 a 29 de maio

Ainda celebrando a sua primeira década de existência, o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN) realiza em Salvador(BA) a sexta edição do seu encontro nacional.



Plenária do V Encontro Nacional do FBSAN - Belo Horizonte, MG 3 e 4 de abril

Na pauta, as prioridades serão os debates sobre o fortalecimento das articulações estaduais e regionais de segurança alimentar e nutricional (SAN), bem como a continuidade e o aperfeiçoamento do diálogo com redes, movimentos sociais e entidades da sociedade civil que atuam com temas ligados às questões de SAN.

O VI Encontro Nacional do FBSAN ocorre três anos após a edição anterior, realizada em Belo

Horizonte(MG), quando representantes de praticamente todas as unidades da federação participaram das atividades, o que deve se repetir agora.

A programação será dividida em painéis, oficinas, grupos de trabalho e plenária final, na qual será debatida e aprovada a carta final do Encontro.

Esta edição especial do Boletim do FBSAN foi impressa para que a nossa história seja registrada e compartilhada entre todas as pessoas e organizações que constroem a luta em prol da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e pela realização do Direito Humano à Alimentação Adequada. ■

LINHA DO TEMPO

1946: Josué de Castro lança “Geografia da Fome”, livro que se tornou referência mundial pela abordagem problematizadora do fenômeno da fome, dissecando-a em várias das suas dimensões: biológica, nutricional, econômica, política e social.

Segunda metade da década de 1970: com a violenta repressão aos movimentos massa, a sociedade prioriza a organização em nível local, com demandas e objetivos vinculados ao cotidiano da população. Ganham destaque as comunidades eclesiais de base (CEBs) e surge o Movimento Nacional contra a Carestia, que obteve bastante notoriedade por denunciar o alto custo de vida da população pobre.

1992: o Movimento pela Ética na Política, embalado pela palavra de ordem “Fora Collor”, ajuda a depor o presidente Fernando Collor de Mello. Itamar Franco assume a presidência e o compromisso com as pautas da segurança alimentar e nutricional.

1993: surgimento da “Ação da Cidadania contra a fome, a miséria e pela Vida”, que contou com os ventos da mobilização popular do ano anterior, o carisma de líderes como Betinho e a disposição e capacidade de militantes em todo o Brasil. Também neste ano foi criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA).

1994: realização da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar.

1995: extinção do CONSEA pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

1996: Cúpula Mundial da Alimentação, Roma, Itália.

1998: criação do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN).

2002: Cúpula Mundial da Alimentação – Roma + 5.

2003: recriação do CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional).

2004: II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Olinda(PE).

2006: sanção da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) e realização do V Encontro Nacional do FBSAN, em Belo Horizonte(MG).

2007: III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Fortaleza(CE).



I Conferência Nacional de SAN, Brasília, 1994

ARTIGO

Edmar Gadelha

Consultor do Ibase e integrante da Coordenação-Executiva do FBSAN

FBSAN: 10 anos

A trajetória da mobilização social brasileira em torno do direito humano à alimentação tem como principal referência o ano de 1946, quando Josué de Castro lança o livro Geografia da Fome. Ao afirmar que a fome não é um fenômeno natural nem divino, mas fruto das políticas econômicas e do modelo de desenvolvimento adotado, inaugura-se um novo ciclo nas lutas sociais no Brasil, intensificando-se, por exemplo, a luta pela reforma agrária.

No início dos anos 90, com o profundamento da crise econômica e social, a sociedade civil organizada resolveu lançar a Ação da Cidadania Contra a Fome a Miséria e pela Vida, uma vigorosa mobilização social com o objetivo de denunciar a situação de miséria e fome no país e a necessidade de se garantir a implementação dos direitos sociais, conquistados na constituição de 1988.

O movimento "Fora Collor" fortalece e amplia a mobilização e cria as condições para que o governo Itamar Franco, crie o Conselho Nacional de Segurança Alimentar – Consea, que convoca e realiza a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, em 1994. Em seguida o

presidente eleito Fernando Henrique Cardoso, decreta a extinção do Consea, e se inicia um período de refluxo do movimento.

Em 1996, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO, realiza em Roma, a Cúpula Mundial da Alimentação. Uma conferência paralela convocada pela sociedade civil é realizada, e conta com uma expressiva participação de delegação brasileira. Inicia-se então, a articulação para a criação de um espaço para retomada da articulação e mobilização, com forte participação dos movimentos pelos direitos humanos.

Por uma convocação de diversas organizações e movimentos, em 1998, é realizado então, em São Paulo, o Encontro Nacional de Segurança alimentar e nutricional, onde é lançado o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional- FBSAN. O Fórum resolve enviar aos governadores eleitos, carta propondo a criação de Conseas estaduais e a implementação de ações para reverter o quadro de insegurança alimentar e nutricional nos estados.

Os governadores de Minas Gerais, Alagoas, Mato Grosso do Sul e Acre, responderam positivamente a proposição e criaram os Conselhos de San. Em Minas Gerais, o Consea realizou a I Conferência estadual de San, onde foi retomada a proposta de criação de uma lei orgânica de SAN. Em Minas Gerais, também foi realizado o II Encontro Nacional do Fórum Brasileiro, em 2000.

Em 2002, o FBSAN participa ativamente do processo de revisão da Cúpula Mundial da Alimenta-

ção- ROMA + 5, enviando uma delegação para a participar do Fórum Mundial pela Soberania Alimentar. Teve atuante participação, também no fórum de Soberania Alimentar, realizado em Cuba.

No mesmo ano o FBSAN, colaborou no Seminário do Instituto da Cidadania, contribuindo na elaboração do Projeto Fome Zero, onde propôs a retomada do trabalho do Consea e de políticas públicas de SAN.

Em 2003, com a posse do presidente Lula, a questão da fome obteve destaque na agenda e o Consea foi recriado. O FBSAN participou de todo o processo de retomada, contribuindo na formulação de várias políticas e apoiando o fortalecimento de programas importantes para a SAN. O Consea convocou e realizou a II Conferência nacional de SAN, em 2004, na cidade de Olinda(PE). Com o tema, a Construção da Política Nacional de Segurança alimentar e Nutricional, estava lançado o caminho para a consolidação de uma política que implementasse a realização do direito humano à alimentação no Brasil – os sonhos de Josué de Castro.

O ano de 2005 e 2006 foram marcados pela forte atuação do FBSAN no Consea, além da continuidade de seu trabalho de animação dos fóruns estaduais e debate sobre temas importantes da agenda política. A contribuição de conselheiro(a)s ligados ao FBSAN foram fundamentais em diversas matérias da pauta do Consea, entre elas a formulação do Programa de aquisição de Alimentos, do Programa Nacional da alimentação Escolar, e do Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar. Foi

relevante a contribuição do FBSAN no Grupo de Trabalho que formulou a proposta da Lei Orgânica de SAN. Encaminhada pelo governo ao congresso nacional, o projeto de Lei foi aprovado e sancionado em setembro de 2006.

Em 2007, o Consea, apreciando o requerimento do FBSAN, propôs ao Presidente Lula a convocação e realização da III Conferência Nacional de SAN. Com o tema "Por um Desenvolvimento Sustentável com Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional", a conferência foi realizada em Fortaleza(CE) e contou com a participação de mais de 1200 delegados(as) de todo o Brasil. A construção do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a elaboração de um plano nacional, com aperfeiçoamento dos principais programas, e a implementação de mecanismos de exigibilidade do direito humano à alimentação, tornam-se questões importantes na pauta do FBSAN.

Em 2008 o FBSAN completa 10 anos de promoção da articulação e de incidência na formulação e acompanhamento da implementação das políticas públicas de SAN. A crise da produção mundial de alimentos e a violação do direito humano à alimentação, que estamos experimentando atualmente, apresenta novos desafios. Para o FBSAN o colapso do sistema agroalimentar mundial, tem na agroquímica, no agronegócio, na transgenia, na privatização da água e da biodiversidade, e na exclusão social, suas principais causas, e são algumas das questões que faz com que o FBSAN se fortaleça e continue sua luta. ■

ENTREVISTA Francisco Menezes

Origens, trajetória e significado político do FBSAN

O Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN) nasceu inspirado pela trajetória de luta de muitas pessoas, organizações e movimentos. A sua criação enquanto ator político se deve também ao esforço, ao desejo e à capacidade mobilizadora de inúmeros e importantes militantes da sociedade brasileira.

Francisco Menezes, do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) é um destes militantes e ele nos conta um pouco da trajetória do Fórum nesta breve, porém enriquecedora entrevista.

Entre tantas outras funções exercidas ao longo de sua carreira, Chico Menezes foi presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) entre 2004 e 2007.

Boletim: Quando, onde e como se desen- cadeou o processo que levou à criação do FBSAN? E que pessoas e entidades protagonizaram aquele momento?

Chico: A criação do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN) aconteceu como o ponto de chegada de todo um processo que vai do final do governo Itamar Franco até 1998. Foi um tempo que, com o fim da campanha da fome, as organizações da sociedade civil mais engajadas com o tema passaram por um período muito fértil de articulação e consolidação conceitual sobre a segurança alimentar e nutricional. Isto, sem abdicar da busca de incidência sobre a realidade. Basta dizer que, em 1996, quando se realizou a Cúpula Mundial da Alimentação, em Roma, tivemos a maior delegação da sociedade civil e, certamente, a mais organizada participando do fórum paralelo que lá se realizou. Portanto, a reunião que ocorreu em São Paulo, em outubro de 1998, marcou a consolidação daquela etapa. Era imprescindível estarmos organizados em um fórum, para nos tornarmos atores inquestionáveis dali em diante. Assinale-se que o FBSAN foi criado em uma assembléia extremamente representativa de organizações e movimentos, reunindo os diferentes segmentos da sociedade civil

que então militavam em torno do tema da alimentação, desde aqueles dedicados às questões agrárias e da agricultura familiar até aqueles que atuavam nas áreas da saúde e nutrição. E isso foi de grande importância, pois selou nossa marca registrada, a do enfoque intersetorial.

Quais eram os objetivos - imediatos e de longo prazo - iniciais do FBSAN enquanto ator político?

Os objetivos imediatos foram, desde o início, diretamente vinculados aos de longo prazo, ou estratégicos. Nossas ações sempre se voltaram para transformar uma realidade que nega o acesso regular de parcelas significativas da população brasileira à alimentação adequada e suficiente, que tem um sistema alimentar insustentável, entre outros fatores. E também fomos fundados na perspectiva permanente da participação social junto às políticas públicas de SAN. O mais interessante é que não passou um mês da criação do FBSAN e ele já estava percorrendo estados em que tinham sido eleitos governadores de oposição ao governo Fernando Henrique e negociando as bases para a implantação dos primeiros CONSEAs estaduais. Não era possível recriar o CONSEA nacional, naquele momento, mas fomos colocando os tijolos para essa retomada.

Ao longo desses dez anos, o FBSAN cresceu em tamanho e em capital político e intelectual, mas os desafios também são maiores. Em linhas gerais, o que mudou na conjuntura política do campo das entidades de SAN de 1998 para o atual momento?

Em minha opinião, a grande mudança que ocorre a partir de 1998, em muitos estados e, depois, a partir de 2003, no plano fede-

ral, é a imposição de uma nova realidade, aberta com as possibilidades de participação. Trata-se da necessidade de sairmos de uma prática meramente reivindicativa e nos obrigarmos a incidir de forma cada vez mais propositiva, construindo propostas ousadas, mas consistentes, aprendendo a analisar a correlação de forças para avançarmos. Aliado a isso, há um outro aspecto, que vai pouco a pouco ressignificando toda a nossa prática, que é a compreensão da segurança alimentar e nutricional como um direito fundamental.

A visão predominante em relação às temáticas de SAN ainda é muito influenciada pelas referências assistencialistas. Quais as maiores dificuldades para o avanço da visibilidade das bandeiras do FBSAN para setores mais amplas da sociedade civil brasileira? E o que pode ser feito para alterar esse quadro?

De fato, tem por trás a crença que se tentou impor de que nossas maiores mazelas sociais, inclusive a fome e a insegurança alimentar, são frutos de uma fatalidade que carrega o país e sobre a qual não há possibilidade de ser vencida. Mas isto vai sendo cada vez mais desmascarado. Eu sou otimista em relação a isso. E trabalhar, em nossa luta política, a alimentação adequada e saudável como um direito humano é a resposta permanente que o FBSAN precisa dar. Há, ainda, um longo caminho a percorrer, a começar por criar todo um marco legal para a exigibilidade desse direito. A LOSAN foi um primeiro passo. Precisamos, na construção da política nacional, fazer presente durante todo o tempo essa preocupação da garantia do direito.

Que mensagem você deixaria para militantes e entidades do campo de SAN que atuam em nível local, no que se convencionou chamar de "ponta" da sociedade, em relação à ação do Fórum Brasileiro?

Com a tarefa de construção do Sistema Nacional de SAN, o plano local ganha enorme relevância, pois precisamos assegurar que as políticas cheguem à ponta. Não classificaria como um caminho fácil. Há uma enorme diversidade de situações. Penso que será importante que consigamos criar situações exemplares, como referências para municípios e territórios. No Encontro Nacional o aprofundamento das questões referentes à SAN no nível local deve merecer atenção especial. ■

ENTREVISTA Flavio Valente

A interface entre o direito humano à alimentação adequada e a segurança alimentar e nutricional

Médico e militante de direitos humanos, Flavio Valente ajudou a fundar o FBSAN. Depois de coordenar a Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH) e de exercer dois mandatos como Relator Nacional para os Direitos Humanos à Alimentação Adequada, Água e Terra Rural, da Plataforma DHESCA Brasil, Flavio hoje exerce o cargo de Secretário-Executivo da FIAN Internacional, em Heidelberg, Alemanha.



Seminário Alimentação Escolar: experiências, significados e perspectivas, São Paulo, 17 e 18 de março de 2008

Nesta entrevista, fala ao Boletim sobre a importância da luta do FBSAN e também aborda a relação conceitual e política entre o direito humano à alimentação adequada e a soberania e segurança alimentar e nutricional.

Boletim: Como o FBSAN, nas suas pautas específicas, se insere na luta maior da sociedade civil brasileira por um país igualitário e socialmente justo?

Flavio: A luta do FBSAN pela promoção da segurança alimentar e nutricional, dentro da perspectiva do DHAA e da soberania alimentar, questiona a essência do modelo agroexportador excludente que está organicamente inserido no processo

de globalização e liberalização dos mercados a serviço da concentração do capital e da riqueza, e baseado na expropriação da terra, da água e dos recursos naturais e que ainda se encontram em posse dos povos que resistem a este processo.

Ao mesmo tempo, esta luta tem o potencial de unificar a resistência das populações urbanas e rurais, ao redor da questão da alimentação adequada e saudável, enquanto parte de uma sociedade justa onde o acesso à terra e a empregos, o processo de produção agrícola em harmonia com o meio ambiente, seja um dos eixos centrais de um modelo de desenvolvimento que promova a dignidade e reduza as desigualdades.

Como pode ser descrito, de forma sintética, o vínculo entre SAN e DHAA?

O Direito Humano à Alimentação Adequada é uma conquista da luta dos povos e grupos sociais oprimidos, por séculos, contra situações de opressão, discriminação e violência, no contexto da defesa da dignidade. Uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional deve consistir em um conjunto de ações e políticas públicas voltadas para garantir o respeito, a proteção, a promoção e o provimento deste

direito, bem como outros correlatos, de forma participativa e sob o controle social do conjunto da população.

A perspectiva do direito deve orientar estas políticas, que devem possibilitar que todos os habitantes do território brasileiro tenham as condições adequadas para produzir ou comprar os alimentos necessários para uma alimentação adequada, bem como ter acesso a todas as outras condições adequadas para tal, como acesso a água potável, saneamento, serviços de saúde, educação, etc. E quando, por razões alheias à sua vontade, pessoas não consigam garantir sua alimentação adequada, elas devem ter acesso a políticas públicas dignas e não discriminatórias, que que lhes permitam garantir sua segurança alimentar e nutricional, até que voltem a ser capazes de prover a si próprios, se possível.

Qualquer iniciativa de SAN que não seja baseada na proteção e promoção do DHAA, ou seja, que não promovida pelo governo e percebida pelo povo como um direito, corre o risco de transformar-se em mais um instrumento de dominação política e ideológica da população economicamente excluída por parte das elites nacionais e internacionais. ■

ENTREVISTA Marília Leão

Implementação do SISAN passa pelo fortalecimento da sociedade civil atuante na área

Em agosto de 2008, o FBSAN realizou o seminário “Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)”, em Curitiba(PR), com o objetivo de debater o papel da sociedade civil na implementação do SISAN.

Participaram do evento cerca de sessenta pessoas, representando entidades da coordenação ampliada do FBSAN, organizações parceiras e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). A pauta da programação foi baseada em experiências de SAN existentes em contextos urbanos e rurais, bem como em dados e informações acumuladas em pesquisas a respeito dos vários aspectos envolvidos nessa temática.

Em entrevista especial para o Boletim FBSAN, Marília Leão, coordenadora da Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (Abrandh) e conselheira do CONSEA, fala sobre o que tem sido feito e planejado no âmbito desse órgão e como deve atuar a sociedade civil nesse processo.

Boletim: O que está sendo feito hoje no CONSEA em relação ao SISAN e quais são os próximos passos de sua implementação?

Marília: O CONSEA constituiu a Comissão Permanente 1 (Institucionalização e Regulamentação do SISAN) com o propósito de discutir e elaborar propostas à construção do SISAN. Durante o ano de 2007 foram realizadas diversas reuniões e algumas questões já foram pactuadas. A LOSAN já define algumas instâncias do SISAN, tais como: a Conferência Nacional (CNSAN), o CONSEA, a Câmara Interministerial (CAISAN) e também são integrantes os Governos de todos os níveis e as instituições públicas e privadas que têm interesse na área. As discussões da Comissão apontam para um consenso de que tais estruturas devem ser replicadas nas esferas de governo estadual e municipal, de modo a facilitar a participação social e a articulação da sociedade civil com o gestores das políticas públicas. Assim,

a Comissão traçou algumas metas que têm sido fomentadas junto à Comissão Permanente de Presidentes dos CONSEAS Estaduais. Dentre estas, podemos citar: para 2009, leis estaduais de SAN aprovadas ou, no mínimo, encaminhadas ao legislativo; para 2010: fóruns e redes de SAN fortalecidos e com agendas fortes e concretas nos estados; Sistema de monitoramento implementado com primeiro relatório divulgado até outubro de 2010. Tudo isso está sendo discutido com vários setores do governo federal e também dos governos estaduais.

Assim como a própria constituição do sistema de conselhos, às vezes os processos desencadeados no CONSEA demoram a chegar nos estados e municípios. Como está a situação do SISAN em relação a isso, atualmente?

A implementação do SISAN tem caminhado devagar. Ainda não temos propostas concluídas, nem para o desenho institucional do sistema, nem para o Plano e a Política de SAN. Por outro lado, entendemos que tais questões têm o seu próprio ritmo. A LOSAN completou dois anos de vigência em setembro de 2008 e até o momento já foram regulamentados o CONSEA, a conferência nacional e a Câmara Interministerial de SAN. Além disso, já temos CONSEAs instalados nas vinte e sete unidades da federação. É claro que muitos ainda possuem uma situação frágil em termos de sua capacidade de incidir efetivamente nas políticas públicas e na mobilização social. Nesse sentido, uma papel relevante para a sociedade civil e para o FBSAN é contribuir para que a participação social nos conselhos seja legitimada com capacidade para o diálogo e para influenciar as decisões de governo.



Seminário Por um Desenvolvimento Sustentável com Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, São Paulo, 13 a 15 de fevereiro de 2009

Em linhas gerais, qual deve ser o papel do FBSAN e do restante da sociedade civil na implementação do SISAN?

Dentre as metas da Comissão Permanente 1 do CONSEA está o fortalecimento dos fóruns e redes de entidades da sociedade civil e movimentos sociais que atuam na área de SAN e Soberania Alimentar. Esta Comissão está propondo que o governo estabeleça linhas de financiamento específicas para o fortalecimento de tais entidades que atuam principalmente na formação e articulação dos agentes na construção de agendas locais. Assim, um dos papéis que se pode esperar do FBSAN são ações que visem a ampliação e o fortalecimento dos espaços de participação social como instrumento de pressão e aperfeiçoamento das políticas. Organizar e capacitar a sociedade civil é imprescindível neste contexto. Todas as entidades e conselheiros estaduais precisam conhecer a LOSAN e outros instrumentos legais que promovam o direito humano à alimentação adequada, para que as obrigações do Estados sejam cobradas e os direitos dos titulares sejam realizados. ■

ARTIGO

Christiane Costa

Instituto Pólis

Os sentidos da participação

Tratando-se de uma articulação realizada no campo da sociedade civil é interessante destacar o significado do Fórum pelo ângulo da participação

Como fruto da mobilização das décadas anteriores, que reivindicaram direitos e espaços de atuação, os anos 1990 inauguraram novas alternativas de participação na relação entre a sociedade e o Estado, por meio da ampliação da concepção da esfera pública, impulsionando a criação de inúmeros fóruns e conselhos nos diversos níveis e áreas temáticas, como mediação entre os grupos organizados e as instituições governamentais.

Neste período as lutas deixaram de se concentrar apenas nos sindicatos e partidos políticos, tornando-se mais plurais, com a criação de inúmeros movimentos sociais, organizações não governamentais, entidades de direitos humanos, grupos de defesa dos excluídos, redes, associações comunitárias locais, fundações cidadãs etc.

Se, por um lado, a existência destes espaços passou a exigir uma reformulação dos padrões tradicionais de implementação de políticas públicas por parte do Estado, por outro, com a inserção de novos atores, a sociedade civil passou a ter que desenvolver novas habilidades na elaboração de propostas, negociações e também no desenvolvimento de projetos conjuntos e intersetoriais, como expressão da diversidade de interesses presentes no seu interior.

No que se refere ao campo da segurança alimentar e nutricional, ainda que se tenha registro de eventos significativos na luta contra a fome em décadas anteriores, os anos 1990 concentraram a maior mobilização da sociedade em torno do tema.

Levantando a bandeira de que “a fome não pode esperar”, Herbert de Souza, oriundo do Movimento pela Ética

na Política, liderou, a partir de 1992, a Campanha da Ação da Cidadania contra a Miséria, a Fome e pela Vida, dando visibilidade à existência de 32 milhões de miseráveis no campo e nas cidades.

Como resposta a esta forte mobilização, o governo federal elaborou, em 1993, o Plano de Combate à Fome e à Miséria e instalou o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), que realizou, no ano seguinte, a I Conferência Nacional de SAN.

Paradoxalmente, logo em janeiro de 1995, o CONSEA foi extinto e o tema perdeu o destaque que havia conquistado. Inaugurava-se um processo de desmonte dos programas relacionados à segurança alimentar e nutricional, concretizado nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995/1998 e 1999/2002).

No campo da sociedade civil, a indignação com os tímidos resultados da Cúpula Mundial de Alimentação, realizada em Roma, no final de 1996, determinou que a delegação brasileira, formada por representantes de Ong’s e movimentos sociais, organizassem um Grupo de Trabalho visando dar continuidade à mobilização em torno da luta contra a fome.

Em 1998 foi criado o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN), em evento realizado no Instituto Pio XI, em São Paulo (SP), com o objetivo de articular a sociedade em torno do tema da SAN e elaborar propostas de políticas públicas.

Dada a natureza intersetorial da temática da SAN, que relaciona temas, políticas e atores, o FBSAN tem exercido este papel articulador, destacando como principais desafios políticos o aprofundamento e a publicização das críticas ao atual modelo de desenvolvimento e a afirmação do alimento e da alimentação como um direito humano.

Para além da atuação institucional, o FBSAN tem investido em ações de sensibilização e mobilização da sociedade civil para a realização do direito humano a alimentação adequada, denúncias de violações de direitos, formação e capacitação de multiplicadores em segurança alimentar e nutricional.

Simultaneamente, o FBSAN buscou dar visibilidade às experiências de diferentes organizações da sociedade civil que atuam em todo o território brasileiro e interagiu com diversas entidades, movimentos e universidades com vistas à apropriação coletiva deste enfoque de SAN, realizada a partir de suas próprias vocações.

Continua na pág 8.

Continuação

Mesmo que a participação da sociedade tenha sido de fundamental importância para a construção da Política Nacional de SAN, não se trata de uma história linear de conquistas e ainda estamos distantes dos resultados almejados.

No entanto, é possível identificar uma crescente difusão do tema, capilarizando-se em redes e movimentos sociais relacionados aos diversos segmentos da sociedade, porém, com lógicas, ritmos, dinâmicas e complexidades diferentes, em um processo educativo onde as ações setoriais vão sendo requalificadas, por meio da integração de novas dimensões.

Um outro aspecto a ser apontado é que mesmo envolvendo tensões e disputas, inclusive de natureza conceitual, dificuldades de aproximação, necessidade de mudanças na lógica interna ou diferenças de dinâmicas de funcionamento e trajetórias políticas, observa-se a existência de iniciativas conjuntas na sociedade civil, de diferentes formas: a partir de uma temática, de um projeto comum ou mesmo em torno de um determinado território.

Em termos de metodologia de trabalho destaca-se a preocupação do Fórum não só no aspecto da

formação e qualificação para o debate em torno de um amplo conjunto de temas articulados pela SAN, mas também em desenvolver estratégias intersetoriais, trabalhando na construção conjunta de propostas de políticas com enfoque sistêmico, para uma ação conjunta com outros fóruns e redes. Um exemplo recente de articulação promovida pelo FBSAN se deu em torno do PL da Alimentação Escolar.

Por meio dos processos sociais relacionados à alimentação, estabelecemos diferentes formas de comunicação com o mundo, em diferentes dimensões: do prato na mesa ao clima do planeta. Pode-se afirmar, portanto, que problemas complexos associados à SAN exigem a construção de pactos amplos. Isto não significa ignorar os conflitos entre os atores envolvidos, mas submeter à lógica dos interesses a um sistema integrado, capaz de requalificar as diferentes visões.

Em termos de perspectivas futuras, a promoção da intersectorialidade dependerá, dentre outros fatores, da ampliação da capacidade de diálogo e negociação entre as organizações da sociedade civil que afirmam a segurança alimentar e nutricional na ótica dos princípios do direito humano à alimentação adequada e da soberania alimentar. ■



Reunião Coordenação Ampliada
Junho de 2006, Rio de Janeiro

COORDENAÇÃO AMPLIADA FBSAN

Instituto Polis; Rede de Educação Cidadã; Moradia e Cidadania; Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH), Articulação no Semi-Árido Brasileiro-PB; Fórum Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – PA; Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional; Fórum Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional-RS; Ação da Cidadania-SC; Movimento Evangélico Progressista; Fórum Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – PR; Serviço de Assessorias a Organizações Populares Rurais (SASOP); Pastoral da Criança (AC); Fórum Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional-PE.

Secretaria Executiva Vanessa Schottz (FASE); Rozi Billo (IBASE)

EXPEDIENTE

Uma publicação FBSAN **Edição** Rogério Tomaz Jr. **Projeto Gráfico** Thales Aquino **Impressão** WalPrint Gráfica e Editora

APOIO

